



Ultrapar Participações S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022





Ultrapar Participações S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

HISTÓRICO DE DIVIDENDOS		
Exercício	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)
2022	506	0,46
2021	404	0,37
2020	480	0,44
2019	479	0,44
2018	685	0,63

Em 2022, a Ultrapar declarou juros sobre capital próprio de R\$ 450 milhões (R\$ 396 milhões líquidos de IR) e dividendos de R\$ 110 milhões, totalizando a distribuição de R\$ 560 milhões (R\$ 506 milhões líquidos de IR). O montante consolidado representa um *payout* de 30% sobre o lucro líquido atribuído aos acionistas da Ultrapar após reserva legal de 5%, e um *dividend yield* de 3,5% sobre o preço médio das ações.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2022

Ambiente econômico-operacional

INDICADORES MACROECONÔMICOS ¹			
	2022	2021	Δ (%) 2022 v 2021
PIB	3,0%	5,0%	-2,0pp
Inflação (IPCA)	5,8%	10,1%	-4,3pp
Taxa Selic acumulada	11,7%	4,3%	7,4pp
Dólar médio (R\$/US\$)	5,17	5,40	-4,3%
Petróleo Brent (US\$/baril)	100	70	42%

¹ Fonte: Banco Central e Bloomberg; para o PIB de 2022, projeção Focus de 06/01/2023.

O início de 2022 foi marcado pela volatilidade no mercado de capitais, crescentes preços de *commodities* e aumento da inflação ao redor do mundo, fruto principalmente de uma nova onda de COVID-19 e do conflito entre Rússia e Ucrânia, fatores que resultaram em aumentos das taxas de juros e maior percepção de risco dos investidores. No Brasil, apesar do cenário global desafiador, a reabertura da economia após as restrições impostas pela pandemia do coronavírus em 2021, somada aos pacotes de estímulo, à evolução das contas públicas e às políticas de apoio financeiro à população contribuíram para a melhora do desempenho da economia e para a valorização do Real. O PIB de 2022 deve registrar crescimento próximo a 3%, segundo relatório Focus de 06/01/2023. O mercado de distribuição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) apresentou crescimento de 3% em relação a 2021, com aumento de 4% no ciclo Otto e 2% no diesel, segundo dados da ANP. O volume do ciclo Otto foi favorecido pela maior circulação de pessoas, que em 2021 foi reduzida em função das medidas de restrição impostas pela pandemia, enquanto o volume do diesel acompanhou o melhor desempenho da economia. No mercado de GLP, o volume total caiu 1% em comparação a 2021, conforme dados da ANP, com redução de 2% no segmento envasado, em função da menor demanda de mercado, atenuada pelo aumento de 3% no segmento granel, em linha com o crescimento econômico do país. O setor de armazenagem de grãos líquidos em terminais independentes (ABTL) apresentou crescimento de 11% em 2022, puxado principalmente pelo maior consumo de combustíveis líquidos, 5% superior a 2021, aumento de 14% em importação, 44% em óleos vegetais e 11% em corrosivos. Além da boa performance dos grupos de produtos citados, a Transpetro reduziu participação na movimentação nacional, abrindo espaço para outros terminais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

Em maio e agosto de 2021 foram assinados os contratos de venda da Extrafarma e da Oxiteno, respectivamente, conforme Fatos Relevantes divulgados à época. Em 31 de dezembro de 2021, a Ultrapar classificou esses negócios como ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas. A Oxiteno teve sua venda concluída em 01 de abril de 2022, e por essa razão deixou de compor as operações descontinuadas e os resultados da Ultrapar a partir de 02/22. Já a Extrafarma teve sua venda concluída em 01 de agosto de 2022, e seu resultado até esta data é demonstrado dentro de operações descontinuadas. Neste relatório, as informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas (pró-forma) da Companhia. Isto é, os dados consideram a soma das operações continuadas e descontinuadas, exceto quando indicado de outra forma. As informações financeiras apresentadas neste documento foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações da Ultragaz, Ultracargo, Oxiteno, Ipiranga e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas (pró-forma) da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas na discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As informações denominadas EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social) sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA; EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade e pelo resultado de *cash flow hedge dos bonds*; EBITDA Ajustado recorrente – ajustado por efeitos não recorrentes; e EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR) estão apresentadas de acordo com a Resolução 156 emitida pela CVM em 23 de junho de 2022.

ULTRAGAZ

O volume vendido da Ultragaz totalizou 1.706 kton em 2022, praticamente estável em relação a 2021, fruto da redução de 2% nas vendas do segmento envasado, em função da menor demanda do mercado, e do crescimento de 3% do segmento granel, devido principalmente a maiores vendas para comércio, serviços e indústrias. A receita líquida foi de R\$ 11.483 milhões (+16% vs 2021), em função dos repasses dos aumentos de custo de GLP. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 9.446 milhões (+10% vs 2021), devido aos reajustes de custo de GLP pela Petrobras, além de maiores gastos com fretes (aumento do preço do diesel), pessoal (dissídio) e insumos (inflação), atenuados pelo efeito positivo de R\$ 333 milhões de créditos fiscais extraordinários em 2022. As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 833 milhões (+26% vs 2021), reflexo de maiores despesas com pessoal (principalmente maior remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), fretes e maior comissionamento de vendas. A Ultragaz registrou EBITDA recorrente recorde de R\$ 1.172 milhões em 2022 (+61% vs 2021), decorrente de melhores margens, fruto de iniciativas de aumento de eficiência e produtividade e de melhor mix de vendas, apesar de maiores despesas.

ULTRACARGO

A capacidade estatística média da Ultracargo foi de 955 mil m³ em 2022 (+9% vs 2021), fruto do início das operações do terminal em Vila do Conde em dezembro de 2021 e da expansão de capacidade em Itaipu ao longo de 2021. Já o m³ faturado totalizou 13.589 mil m³ (+8% vs 2021), principalmente em função do início das operações em Vila do Conde e da maior movimentação de combustíveis em Itaipu. A receita líquida foi de R\$ 867 milhões (+22% vs 2021), devido aos reajustes contratuais e ao maior m³ faturado advindo principalmente das expansões de capacidade já mencionadas. O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 341 milhões (+19% vs 2021), com cerca de 63% do incremento referente a custos e depreciação do terminal de Vila do Conde (início das operações em dezembro de 2021), e o restante decorrente do aumento da depreciação, fruto das expansões de capacidade em Itaipu e dos investimentos realizados ao longo dos dois anos, além do efeito inflacionário sobre pessoal e insumos. As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 147 milhões (+8% vs 2021), decorrente de maiores despesas com pessoal (principalmente maior remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), atenuadas por ganhos de produtividade e eficiência. A Ultracargo registrou EBITDA recorde de R\$ 510 milhões em 2022 (+29% vs 2021), reflexo das expansões de capacidade com ganhos de rentabilidade, de reajustes contratuais e de ganhos de produtividade e eficiência.

IPIRANGA

O volume de vendas da Ipiranga totalizou 23.070 mil m³ em 2022 (+3% vs 2021), com crescimento de 3% no diesel e 2% no ciclo Otto. A receita líquida foi de R\$ 131.338 milhões (+32% vs 2021), devido aos repasses dos aumentos de custo dos produtos derivados de petróleo e etanol, além do maior volume de vendas. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 126.569 milhões (+32% vs 2021), em função dos maiores custos dos produtos derivados de petróleo e do etanol, devido ao crescimento dos preços internacionais nos últimos dois anos, e do maior volume de vendas, atenuados pelo efeito positivo de R\$ 638 milhões de créditos fiscais extraordinários em 2022. As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 2.381 milhões (+7% vs 2021), fruto de maiores despesas com pessoal (principalmente maior remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), fretes (aumento do preço do diesel e maior volume de vendas) e operação própria da AmPm, parcialmente compensados pelo efeito líquido positivo de R\$ 69 milhões referentes a créditos e provisões registrados em 2022 e pela concentração pontual de provisões para contingências de R\$ 88 milhões em 2021. A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 526 milhões negativos, piora de R\$ 601 milhões em relação a 2021, principalmente em função de maiores gastos com CBios no valor de R\$ 477 milhões (R\$ 639 milhões em 2022 vs R\$ 161 milhões em 2021) e da menor constituição de créditos fiscais extemporâneos no valor de R\$ 131 milhões (R\$ 46 milhões em 2022 vs R\$ 177 milhões em 2021). A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 169 milhões (-8% vs 2021), devido ao ganho de capital com a venda da ConectCar de R\$ 76 milhões em 2021, atenuado pelo maior resultado com a venda de terrenos em 2022. O EBITDA recorrente da Ipiranga totalizou R\$ 2.147 milhões em 2022 (+24% vs 2021), reflexo de melhores margens e do maior volume de vendas, atenuados por maiores despesas e maiores gastos com CBios.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Em milhares de Reais)						
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	605.461	21.533	5.621.769	2.280.074	
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.b	-	142.065	520.352	1.804.122	
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	4.149.111	3.375.246	
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	559.825	582.562	
Contas a receber - venda de controladas	6.c	184.754	-	184.754	-	
Estoques	7	-	-	4.906.083	3.918.772	
Tributos a recuperar	8.a	2.012	862	1.610.312	1.061.227	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	43.080	56.499	96.134	291.833	
Dividendos a receber		147.299	146.490	4.296	147	
Demais contas a receber		101.955	105.513	174.153	56.205	
Despesas antecipadas	11	5.969	7.548	123.699	98.024	
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	614.112	555.052	
		1.090.530	480.510	18.564.600	14.023.264	
Ativos de controladas mantidos para venda	4	-	2.681.730	-	11.000.917	
Total do ativo circulante		1.090.530	3.162.240	18.564.600	25.024.181	
Não circulante						
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.b	-	-	442.841	379.277	
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	61.463	63.749	
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	501.522	415.472	
Contas a receber - venda de controladas	6.c	184.754	-	911.811	-	
Sociedades relacionadas	9.a	-	406.787	-	490	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	150.451	72.402	898.235	571.755	
Tributos a recuperar	8.a	74	-	2.172.959	1.046.798	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	4.321	23.483	403.383	155.358	
Depósitos judiciais	23.a	18	18	946.383	871.261	
Ativo de indenização - combinação de negócios	23.c	-	-	126.558	120.991	
Demais contas a receber		-	-	61.433	29.748	
Despesas antecipadas	11	13.047	1.748	74.813	171.368	
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	1.591.479	1.524.174	
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	13	12.247.087	8.266.396	111.384	78.593	
Ativos de direito de uso, líquido	14	6.943	35.304	1.791.377	1.651.295	
Imobilizado, líquido	15	8.373	16.006	5.862.413	5.534.591	
Intangível, líquido	16	253.840	252.585	1.918.349	1.471.256	
Total do ativo não circulante		12.868.908	9.074.729	17.876.403	13.986.170	
Total do ativo		13.959.438	12.236.969	36.441.003	39.010.357	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil		Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023				
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link						
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/ULTRAPAR1567985002032023.pdf						
Hash: 167769660275bd02dd2a2843999b91a8a5ac52ebf4						

ULTRAPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Em milhões de Reais	2022	Operações continuadas	Operações descontinuadas	2021	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Δ (%) 2022 v 2021
Receita líquida de vendas e serviços	146.902	143.635	3.268	118.799	109.733	9.066	24%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(138.761)	(136.276)	(2.485)	(111.729)	(104.828)	(6.901)	24%
Lucro bruto	8.141	7.358	782	7.069	4.905	2.165	15%
Recargas (despesas) operacionais							
- Com vendas e comerciais	(2.601)	(2.142)	(459)	(2.986)	(1.932)	(1.055)	-13%
- Gerais e administrativas	(1.715)	(1.534)	(181)	(2.073)	(1.467)	(609)	-17%
- Outros resultados operacionais, líquidos	(506)	(515)	9	123	95	27	n/a
- Resultado na venda de bens	407	169	238	183	184	(1)	122%
- Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	(428)	-	(428)	n/a
Lucro (prejuízo) operacional	3.725	3.337	389	1.886	1.787	99	98%
- Resultado financeiro							
- Receitas financeiras	641	610	31	502	460	42	28%
- Despesas financeiras	(2.058)	(2.079)	22	(2.412)	(1.223)	(1.189)	-46%
- Equivalência patrimonial	12	12	(0)	(18)	(18)	0	n/a
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.321	1.880	441	959	1.007	(48)	142%
- Imposto de renda e contribuição social							
- Corrente	(1.034)	(731)	(303)	(539)	(477)	(61)	-92%
- Diferido	354	296	58	353	242	111	0%
- Incentivos fiscais	121	93	28	111	47	64	9%
- Efeito líquido da cessação de depreciação ¹	78	93	-	78	-	-	n/a
Lucro (prejuízo) líquido	1.840	1.538	302	884	819	65	108%
- Lucro atribuído a:							
- Acionistas da Ultrapar	1.801	1.499	302	850	785	65	112%
- Acionistas não controladores de controladas	39	39	-	33	33	-	17%
EBITDA	4.925	4.366	559	3.246	2.683	562	52%
- Amortização de ativos de contratos com cliente - direito de exclusividade (Ipiranga e Ultrazag)	505	505	-	283	283	-	79%
- Cash flow hedge dos bonds	48	48	-	176	-	176	-73%
EBITDA Ajustado	5.478	4.871	607	3.704	2.966	739	48%
EBITDA Ajustado das operações continuadas	4.871	4.871	n/a	2.966	2.966	n/a	64%
- Ultrazag	1.505	1.505	n/a	729	729	n/a	106%
- Ultracargo	510	510	n/a	395	395	n/a	29%
- Ipiranga	3.069	3.069	n/a	2.087	2.087	n/a	47%
- Holding, abastece ai e demais empresas	(216)	(216)	n/a	(258)	(258)	n/a	16%
- Eliminações	4	4	n/a	12	12	n/a	-66%
EBITDA Ajustado das operações descontinuadas	607	n/a	607	739	n/a	739	-18%
- Oxiteno	396	n/a	396	1.104	n/a	1.104	-64%
- Extrafarma	(27)	n/a	(27)	(353)	n/a	(353)	92%
- Ganho de capital com a venda da Oxiteno	289	n/a	289	-	n/a	-	n/a
- Ajustes da venda da Oxiteno	(32)	n/a	(32)	-	n/a	-	n/a
- Ajustes da venda da Extrafarma	(16)	n/a	(16)	-	n/a	-	n/a
- Eliminações	(4)	n/a	(4)	(12)	n/a	(12)	66%
Efeitos não recorrentes que afetaram EBITDA							
- (-) Resultado na venda de bens (Ipiranga)	(169)	-	(169)	n/a	(107)	(107)	n/a
- (-) Ganho de capital com a venda da ConectCar (Ipiranga)	-	-	-	n/a	(76)	(76)	n/a
- (-) Créditos e provisões ² (Ipiranga)	(115)	(115)	n/a	(177)	(177)	n/a	-35%
- (-) Créditos fiscais extraordinários (Ipiranga)	(638)	(638)	n/a	-	-	n/a	n/a
- (-) Créditos fiscais extraordinários (Ultrazag)	(333)	(333)	n/a	-	-	n/a	n/a
- (-) Créditos fiscais extemporâneos (Oxiteno)	(62)	n/a	(62)	-	n/a	-	n/a
- (-) Ganho de capital e ajustes com a venda da Oxiteno	(258)	n/a	(258)	-	n/a	-	n/a
- (+) Impairment e provisões de despesas pré-fechamento (Extrafarma)	67	n/a	67	428	n/a	428	-84%
- (+) Ajustes da venda da Extrafarma	16	n/a	16	-	n/a	-	n/a
EBITDA Ajustado recorrente	3.987	3.617	371	3.771	2.605	1.166	6%
EBITDA Ajustado recorrente das operações continuadas	3.617	3.617	n/a	2.605	2.605	n/a	39%
- Ultrazag	1.172	1.172	n/a	729	729	n/a	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Em milhares de Reais)				
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.800.839	850.463	1.840.069	883.878
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	27	(147)	27	(147)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas e empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	601.441	7.451	601.470	7.421
Outros resultados abrangentes	983	-	983	-
Ajustes de conversão de controladas e efeitos do hedge de investimentos, líquido de imposto de renda e contribuição social	(304.645)	73.049	(304.645)	73.049
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego, líquidos de imposto de renda e contribuição social	25.1	(339)	35.548	(165)
Resultado abrangente do exercício	2.098.306	966.364	2.137.739	1.010.811
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar	2.098.306	966.364	2.098.306	966.364
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas	-	-	39.433	44.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Em milhares de Reais)				
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Receita bruta de vendas e serviços, exceto alugueis e royalties	-	-	147.721.609	114.582.170
Abatimentos, descontos e devoluções	-	-	(949.451)	(1.351.464)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	6	-	49.989	3.123
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	(504.907)	(282.521)
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	27; 28	2.699	1.817	(345.233)
Resultados operacionais, líquidos		2.699	1.817	145.972.007
Matérias-primas consumidas	-	-	(5.772.808)	(709.063)
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos	-	-	(130.740.502)	(104.452.894)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	189.923	174.886	(2.279.098)	(2.039.211)
Provisão para perda de valores de ativos	-	-	16.521	4.456
Resultado líquido	189.923	174.886	(138.775.887)	(107.196.712)
Valor adicionado bruto	192.622	176.703	7.196.120	6.034.951
Retenções				
Depreciações e amortizações de ativos intangíveis e ativos de direito de uso	14.a; 15; 16	(13.052)	(18.029)	(1.020.660)
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		179.570	158.674	6.175.460
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	13	1.312.346	828.972	12.181
Alugueis e royalties				288.550
Receitas financeiras	29	218.440	68.314	706.689
Resultado líquido		1.530.786	897.286	1.007.420
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir		1.710.356	1.055.960	7.182.880
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		106.516	65.264	547.144
Valor adicionado total a distribuir		1.816.872	1.121.224	7.730.024
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração direta		140.753	123.695	1.021.980
Benefícios		21.554	17.110	277.006
FGTs		7.678	6.653	70.912
Outros		7.592	4.701	88.631
Impostos, taxas e contribuições		177.577	152.159	1.458.529
Federais	(144.949)	13.099	1.459.408	1.723.319
Estadual	-	-	418.464	484.618
Municipais	1.762	2.472	115.368	110.485
Despesas financeiras e alugueis	(143.187)	15.571	1.993.240	2.318.422
Juros, variação cambial e instrumentos financeiros		165.824	98.262	2.051.360
Alugueis		8.643	1.739	23.256
Outros		2.518	3.030	118.284
Remuneração de capital próprio		176.985	103.031	2.192.900
Dividendos		106.567	403.970	108.004
Juros sobre capital próprio		450.004	-	450.004
Lucros retidos		942.410	381.229	980.203
Resultado líquido		1.498.981	785.199	1.538.211
Valor adicionado das operações continuadas distribuído		1.710.356	1.055.960	7.182.880
Valor adicionado das operações descontinuadas distribuído		106.516	65.264	547.144
Valor adicionado distribuído		1.816.872	1.121.224	7.730.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL - A Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Nova Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque ("NYSE") por meio de *American Depositary Receipts* ("ADRs") nível III sob o código UGP. A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga" ou "IPP") e na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos ("Ultragaz"). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 31. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 15 de fevereiro de 2023. **a. Princípios de consolidação e participação societárias - a.1. Princípios de consolidação** - Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma controlada em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados. A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle. Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às políticas contábeis da Sociedade. **a.2. Participações societárias** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social	
			31/12/2022	31/12/2021
			Controle	Controle
			Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. am/pm Comestíveis Ltda. Icoiban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ipiranga Trading Limited	Brasil	Ipiranga	100	100
Tropicana Distribuidora Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ionic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	56	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	100	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (2)	Brasil	Extráfarma	-	100
Ultragaz Participações Ltda. (8)	Brasil	Ultragaz	100	-
Ultragaz Energia Ltda. (10)	Brasil	Ultragaz	-	100
Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. (9)	Brasil	Ultragaz	100	-
Companhia Ultragaz S.A. (8)	Brasil	Ultragaz	99	99
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. (1)	Brasil	Ultragaz	100	100
Utingas Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	57	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (7)	Brasil	Ultragaz	100	100
Iilhas	Brasil	Outros	-	100
LPG International Inc. (7)	Cayman	Ultragaz	-	100
UVC Investimentos Ltda	Brasil	Outros	100	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias	Brasil	Outros	100	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (4)	Brasil	Oxiteno	-	100
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100
Olequímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguay	Oxiteno	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp. (8)	Iilhas Virgens	Oxiteno	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bruxelas	Oxiteno	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiteno	-	100
Oxiteno Shanghai LTD	China	Oxiteno	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100
Ultragaz - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultragaz	100	100
Ultragaz Logística S.A. (2)	Brasil	Ultragaz	99	99
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultragaz	100	100
Ultragaz Vila do Conde Logística Portuária S.A. (6)	Brasil	Ultragaz	100	100
Ultrapar International S.A. SEFIMA - Ass. dos usuários equip. proc. dados	Luxemburgo	Outros	100	100
UVC - Fundo de investimento em participações multistratégia investimento no exterior	Brasil	Outros	100	100
Eai Clube Automobilista S.A.	Brasil	Outros	100	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados. (1) Empresa não operacional em fase de extinção. (2) Em abril de 2021 a razão social da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar foi alterada para Ultracruz Logística S.A. ("Ultracruz Logística"). (3) Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extráfarma para Pague Menos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade reclassificou os saldos da controlada para "ativos e passivos mantidos para venda", sendo fechada a transação em 01 de agosto de 2022 após o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 4.c.1. (4) Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda de sua participação na Oxiteno S.A. para a Indormora. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reclassificou os saldos da controlada Oxiteno e de suas controladas para "ativos e passivos mantidos para venda". Em 01 de abril de 2022 a transação foi consumada. (5) Em 27 de janeiro de 2022 a controlada Global Petroleum Products Trading Corp ("GPPT") foi dissolvida. (6) Em 29 de abril de 2022 a razão social da controlada Tequimar Vila do Conde Logística

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios - findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Em milhares de Reais)				
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais continuadas				
Lucro líquido do exercício de operações continuadas	1.498.981	785.199	1.538.211	818.614
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	13	(1.312.346)	(828.972)	(12.181)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	504.907	282.521
Amortização de ativos de direito de uso	14	11.444	6.093	288.419
Depreciações e amortizações	15	1.608	11.936	732.241
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	16	-	-	6.663
Juros, variações monetárias e cambiais	10.a	104.377	26.985	1.625.987
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(31.552)	(7.693)	(296.459)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.b	(151.630)	(3.022)	637.973
Resultado na venda ou baixa de bens e demais ativos		(2.799)	(124)	(322.190)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(49.989)	(3.123)
Provisão para perda em estoques	-	-	26.356	(826)
Provisão para benefício pós-emprego	(292)	(98)	1.939	(2.393)
Instrumento patrimonial outorgado	(5.126)	9.264	9.944	9.364
Provisão de descarbonização - CBIO	27	-	638.542	161.281
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas		3.586	(30)	61.039
Demais provisões e ajustes		9.470	(1.759)	5.448
Resultado líquido	125.721	(2.221)	5.396.850	3.437.374
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições financeiras, líquidas de resgates	5.b	625.420	(24.285)	1.567.962
Aquisição de imobilizado	15	(26)	(11.760)	(929.236)
Aquisição de intangível	16	(3.241)	(197)	(277.600)
Recebimento do empréstimo intercompany devido pela Oxiteno S.A à Ultrapar International	1.b.2	-	-	3.980.699
Caixa gerado com a venda de investimentos e bens		2.503.875	-	2.839.676
Aporte de capital em controlada		(369.021)	(115.456)	322.494
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto		-	(28.000)	(25.700)
Resultado líquido		2.130.148	(139.538)	4.003.895
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Caixa líquido consumido na aquisição de controladas				(1.823.105)
Transações com operações descontinuadas				-
Redução de capital em coligadas e resgate de ações	13	23.065	-	-
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso				1.500
Sociedades relacionadas	9.a	-	346.672	(12.120)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos continuadas		956.967	194.974	8.123.291
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos descontinuadas		-	-	(220.190)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		956.967	194.974	7.903.101
Fluxo de caixa das atividades de financiamento e debêntures				
Captação	17	-	-	1.519.580
Amortização	17	(1.000.000)	(5.648.611)	(2.426.222)
Juros e derivativos pagos		(182.552)	(102.871)	(1.398.229)
Pagamentos de arrendamentos	14	(4.371)	(8.079)	(351.011)
Principal				(304.975)
Juros pagos	14	(52)	(383)	(6.868)
Dividendos pagos		(635.725)	(694.406)	(638.280)
Captações de passivo financeiro de clientes		-	-	162.895
Pagamentos de passivo financeiro de clientes		-	-	(173.948)
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores e resgate de cotas		-	-	21.682
Sociedades relacionadas		2.875	(598)	(18.926)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos e debêntures		(819.252)	(1.806.337)	(6.731.716)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos descontinuadas		-	-	(179.025)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos e debêntures		(819.252)	(1.806.337)	(6.910.741)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações continuadas				
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações descontinuadas				(19.316)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa em operações continuadas		583.924	(927.116)	3.341.694
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa em operações descontinuadas		-	-	(387.981)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período de operações continuadas	5.a	21.533	948.649	2.280.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período de operações continuadas		605.457	21.533	5.621.768
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período de operações descontinuadas	5.a	-	-	387.981
Transações sem efeito caixa:				
Contraprestação contingente - Compra de controladas				89.640
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar			6.500	482.439
Movimentação sem efeito caixa de depósitos judiciais e provisões de contingências			-	41.888
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade			-	63.061
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores			-	13.519
Fundo de reversão - previdência privada			-	3.107
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extráfarma		942	1.819	942
Resultado líquido				1.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ação)										
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Patrimônio líquido atribuível a:					
						Legal	Investimentos	Ajuste de avaliação	Ajustes acumulados	Dividendos adicionais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionada)

Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de arbitragem sob os seguintes conceitos descritos a seguir: Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de valor justo. Instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do hedge de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de hedge é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o hedge de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de hedge é mensurado ao valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de hedge são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o hedge se torna inefetivo. Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de hedge é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de hedge; (ii) o instrumento de hedge vence ou (iii) o instrumento de hedge não é qualificado mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado. Caso os ganhos e perdas acumulados no item objeto de hedge seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado. Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão", enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior. Para mais instrumentos de hedge, ver a nota explicativa nº 22. **4. d. Contas a receber e financiamentos a clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 6. a e 32.d.3). As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhoria da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. Os financiamentos a clientes são concedidos a taxa subsidiada para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide notas explicativas nº 6. b e 32.d.3). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas máximas subscritas são de 1% a.m. E, essas finanças/instrumentos são remunerados a taxa de mercado mais o prêmio de empréstimo de curto prazo. Há uma diferenciação entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada reconhecido como redução de receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro. **e. Estoques** - Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 7). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseadas na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados vendas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente à essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou partes que não atenderem às especificações e/ou períodos, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possam sofrer baixa rotatividade. A classificação é feita em administração com o apoio da equipe industrial e de operações. **f. Ativos de contratos com clientes – direitos exclusividade** - Os desdobramentos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 12). **g. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas** - Os ativos não circulantes e passivos relacionados são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez de uso contínuo. Os critérios de classificação são atendidos somente quando a venda for altamente provável, o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após sua classificação como disponível para venda. Uma linha de negócios ou subsidiária é classificada como operação de venda quando o propósito de venda de uma companhia ou empresa é vender a ela uma importante linha separada de negócios ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas são mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. **h. Investimentos** - As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora (vide notas explicativas nº 1. a e 13). Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 13). Para o cálculo da participação na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias. **i. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar** - A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontadas pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 14). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado longo da vigência da estimativa de duração. Quando o direito de uso é utilizado na construção de bens intangíveis, sua utilização é capitalizada até o ponto em que a construção esteja concluída. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A renunciação do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2. u). Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 33. b). A Sociedade e suas controladas aplicam os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixa valor que não possuem opção de compra ao final do contrato e de arrendamento de desmontagem, desde que a reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida. **j. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2. o e 22), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 15). As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens. **k. Intangível** - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo: • **Agios** por expectativa de rentabilidade futura ("agios") são demonstrados com a diferença entre o valor pago pelo comprador e a quantidade de ativos líquidos ou o valor justo dos ativos identificados, dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os agios são testados anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os agios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o agio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 16. a). • Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como softwares, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 16, que levam em consideração sua vida útil e que são revisados anualmente. • Os créditos de descarbonização ("CBIOS") adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, sendo aposentado conforme decreto para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e não são amortizados. Esses ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização imposta pela Política Nacional de Biocombustíveis ("RenovaBio"), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 8.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia. Em 22 de julho de 2022 foi publicado o Decreto nº 11.141/2022, que estabelece em caráter excepcional, o prazo de apensoratória dos créditos de descarbonização até setembro de 2023 para comprovação da meta de 2022. A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem agios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 16.a). **l. Demais ativos** - Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos de provisões para perdas e se, aplicável, ajustados a valor presente. **m. Passivos financeiros** - Os passivos financeiros incluem fornecedores, fornecedores convênios, demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros utilizados com instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, e passivos financeiros designados como itens objeto de hedge de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – hedge de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método de taxa efetiva de juros (vide notas explicativas nº 17. a). **16. Receita líquida de venda e serviços prestados** - O custo de aquisição do lucro líquido (LUCRO LÍQUIDO) é a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas aliquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As aliquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para mais informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL vide nota explicativa nº 10. Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária. **o. Provisão para retirada de tanques -** Conforme a obrigação de retirar os tanques combustíveis do patrimônio líquido, a provisão do que não corresponde aos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil do bem. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 22). O custo de retirada estimado é revisado a cada dois anos ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. **p. Provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e ativos contingentes** - As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação é considerada alta. A provisão do que não é com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticada certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. **q. Benefícios pós-emprego** - Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 21. b). Os ganhos e perdas atuárias são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **r. Demais passivos** - Os demais passivos são demonstrados pelo valor atualizado de suas obrigações, acrescidas dos custos de transação e passivos cambiais incorridos. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **s. Transações em moeda estrangeira** - As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação. **t. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior - t.1 Controladas com autonomia administrativa** - Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior cuja moeda funcional é diferente do Real e que possuem autonomia administrativa são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio li-

quido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão" e serão reconhecidos no resultado se e quando esses investimentos forem alienados. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade não possui controladas sediadas no exterior com autonomia administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui o seguinte balanço de controle a controlada Oxiteno, que em 1 de abril de 2022 foram vendidas para a Indomira (vide nota explicativa nº 1. b.2). **t.2 Controladas sem autonomia administrativa** - A Sociedade possui controladas sediadas no exterior, que não possuem autonomia administrativa. Os ativos e passivos das controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. **u. Uso de estimativas, premissas e julgamentos** - Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **u.1 Julgamentos** - As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2. h, 2.v, 4 e 13); determinação de controle em conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2. h, 13); determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2. h e 13) e determinação sobre ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 4). **u.2 Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (notas explicativas nº 2.c, 2.m, 5, 17 e 32); determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 6 e 32.d.3); determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2. e e 7); as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.n e 10.a), valor de realização dos tributos a recuperar (nota explicativa nº 8), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.1 e 14), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.j e 15), vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os agios (notas explicativas nº 2.k e 16.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.o e 22), provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.p e 23), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.q e 21.b), determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 32.1) e definição do valor justo da contraprestação contingente definida para combinação de negócios (nota explicativa nº 34). O resultado das transações e informações quando de eventos realizados com base nas estimativas. **v. Redução ao valor recuperável de ativos** - A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação de desvalorização a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa, "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irreperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de agio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente agio. Se o agio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a agio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas por valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade e suas controladas não possuem registro de redução ao valor recuperável de ativos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante reconhecido de redução ao valor recuperável era de R\$ 427.529 e efeitos de IRPJ e CSLL diferidos de R\$ 145.360, resultando numa perda líquida de R\$ 282.169. Em 1 de agosto de 2022 a Sociedade por meio de sua controladora Ipiranga realizou a venda da controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrarfarma"), passando realizando a baixa da provisão para perda do valor recuperável de ativos alocados para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrarfarma"). Vide nota explicativa nº 4. a. **w. Combinação de negócios** - Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferência, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O agio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferência em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o agio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o agio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração de resultados do exercício em conjunto. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 34. **Combinação de Negócios Entre Entidades Sob Controle Comum** - Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's. A IFRS 3 e o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum. Base contábil precedente - Conforme permitido pelo IAS 8, adotamos a base contábil precedente para registrar o valor escritural de ativos recebidos (conforme registrado pela controladora), a qual acreditamos estar em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United States) and UKGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)). A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, respectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir o custo e passivo transferido ao custo da controladora das entidades sob controle comum em relação ao capital (Outras Receitas Abrangentes). **x. Demonstrações de valor adicionado** - A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias abertas, conforme Lei nº 11.638/07, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar. **y. Demonstrações dos fluxos de caixa** - A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar, as atividades de investimentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidos dos resgates na atividade de investimento e os dividendos recebidos nas atividades operacionais. **z. Passivo financeiro de clientes** - Se refere a obrigações contratuais de pagamento parcelado de direito de exclusividade com os revendedores da controlada Ipiranga, onde houve a antecipação destes recebíveis pelos revendedores junto a instituição financeira conveniada. A Ipiranga como garantidora da operação, assume o pagamento das parcelas vincendas junto a instituição financeira em contra partida do direito de exclusividade do revendedor (vide nota explicativa nº 12). Considerando que o prazo médio de vencimento destes obrigações são de 50 parcelas mensais e não incidem atualização monetária, a Companhia registrou o ajuste a valor presente ("AVP"), com a contrapartida sendo registrada na rubrica "Ativos de contratos com clientes - Direitos de exclusividade". A reversão do AVP ocorrerá ao longo do prazo contratual com impacto no resultado financeiro a uma taxa média aproximada de 13,7% a.a.

3. NOVAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Ultrarap e de suas controladas na mesma data-base, com as mesmas políticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram alteradas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as seguintes novas normas e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados. **a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis** - As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade estão descritas a seguir. **a.1 Políticas contábeis adotadas** - As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB vigentes em 1º de janeiro de 2022 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022: **CPC 15 (R1)/IFRS 3 Combinação de Negócios – Referência à estrutura conceitual** - As alterações atualizam as referências da estrutura da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador realize a adoção para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (CPC 21) – Tributos, o comprador realiza a adoção para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. **CPC 27/IAS 16 Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido** - As alterações permitem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração, devendo esses custos serem reconhecidos no resultado. **CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes – Contratos onerosos** - As alterações especificam que o custo de cumprimento do contrato compreende os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020 - alterações incluídas no ciclo de melhoria anual que abrangem as normas a seguir** - **CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. **CPC 66(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (data de vigência não aplicável)**: a alteração exclui o exemplo de reembolso de despesas em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. **CPC 37/IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**: a alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adolante inicial desde a sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. **CPC 29/IAS 41 – Ativo biológico e produto agrícola**: a alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. **a.2 Políticas contábeis não adotadas** - As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas futuras. **CPC 36(R3)/ IFRS 10 e CPC 16 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture** - As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial. **CPC 10/IFRS 17 – Contrato Seguro** - Estabelece orientações para acordos de seguro, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contrato de Seguro (CPC 11). **CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes** - As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. **CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis** - As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. **CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis** - As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". **CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido** - **Regras para Ativos e Passivos Diferidos** - A alteração atualiza a seção de apresentação e divulgação e introduziu uma nova exceção à sanção do reconhecimento inicial, não sendo aplicável a sanção para transações em que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, observados os critérios de recuperabilidade e a aplicação das alterações a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. São citados como exemplos: ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.

4. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS - Os desinvestimentos da Oxiteno e da Extrarfarma estão alinhados à revisão de portfólio da Ultrarap. Com negócios mais complementares e sinérgicos, a Ultrarap conclui a fase de racionalização do seu portfólio e irá concentrar seus esforços em desenvolver oportunidades de investimentos nas verticais de energia e infraestrutura, com foco crescente na transição energética, avançada pelo seu portfólio e expertise. Neste contexto, a Sociedade anunciou as assinaturas dos contratos descritos abaixo, e classificou essas transações como operações descontinuadas. **a. Venda de ações da Extrarfarma** - Em 1 de agosto de 2022 a transação foi fechada, incluindo o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais informações, vide nota 1.b.3. A Sociedade apurou em 31 de dezembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Oxiteno	Extrarfarma	Eliminações (*)	Ultrapar	31/12/2022
Valor total do contrato de compra e venda da Extrarfarma		700.000	-	-	700.000
Caixa/ Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2020		(99.897)	-	-	(99.897)
Preço de venda da operação		600.103	-	-	600.103
Ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida		121.522	-	-	121.522
Custo na baixa do investimento		(1.115.102)	-	-	(1.115.102)
Reversão do <i>impairment</i> (*)		427.529	-	-	427.529
Provisão para indenização		(9.995)	-	-	(9.995)
Custos de transação		(13.282)	-	-	(13.282)
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação		10.775	-	-	10.775
Cessação da depreciação		(27.084)	-	-	(27.084)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação		(16.309)	-	-	(16.309)
Imposto de renda e contribuição social corrente		138.298	-	-	138.298
Imposto de renda e contribuição social diferido		(141.962)	-	-	(141.962)
Resultado na venda de investimentos, líquido		(19.973)	-	-	(19.973)
(*) Para mais informações, vide Nota 2.v. Venda de ações da Oxiteno S.A. - Em 16 de agosto de 2021, a Sociedade anunciou a assinatura de um contrato para a venda da totalidade das ações da Oxiteno S.A. para a Indomira. Em 1º de abril de 2022 a Sociedade anunciou a conclusão da operação após aprovação do CADE, sem restrições. Para mais informações, vide nota 1.b.2. A Sociedade apurou em 31 de dezembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:					
Valor		6.994.191	-	-	6.994.191
Ajustamento de capital de giro e dívida líquida		(13.146)	-	-	(13.146)
Arrecadamento do empréstimo intercompany com a Oxiteno		(3.980.702)	-	-	(3.980.702)
Ajuste a valor presente na data do fechamento da transação referente à parcela diferida do pagamento		(81.397)	-	-	(81.397)
Recicla com a venda de investimentos, líquido de ajuste a valor presente		2.918.946	-	-	2.918.946
Custo na baixa de investimento		(2.118.949)	-	-	(2.118.949)
Ajustes acumulados de conversão líquidos das perdas com hedge de fluxo de caixa reclassificados para o resultado		(277.045)	-	-	(277.045)
Custos de transação		(77.843)	-	-	(77.843)
Provisão para indenizações		(136.103)	-	-	(136.103)
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação		309.006	-	-	309.006
Cessação da depreciação		(51.372)	-	-	(51.372)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação		(257.634)	-	-	(257.634)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(245.478)	-	-	(245.478)
Imposto de renda e contribuição social diferido		46.247	-	-	46.247
Resultado na venda de investimentos, líquido		58.403	-	-	58.403
Para mais informações, vide Nota 1.b.2. c. Divulgação dos impactos do IFRS 5 (CPC 31) – Operações descontinuadas - Os quadros de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição dos resultados incorridos ao longo de 2022 e 2021, quando aplicável. As eliminações referem-se às transações entre companhias, substancialmente representadas por transações de compra e venda, efeitos no resultado de dívidas estrangeiras contemplando os instrumentos de proteção, entre outros. c.1 Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:					
	Oxiteno	Extrarfarma	Eliminações (*)	Ultrapar	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços prestados	2.039.287	1.235.487	(7.241)	-	3.267.533
Custos dos produtos vendidos e dos custos prestados	(1.580.000)	(912.310)	7.241	-	(2.489.069)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	-	142.065	406.683	1.607.608
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	103.239
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos ⁽¹⁾	-	-	556.510	472.552
Total de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	-	142.065	963.193	2.183.399
Circulante	-	142.065	520.352	1.804.122
Não circulante	-	-	442.841	379.277

⁽¹⁾ Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 32.).

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, FINANCIAMENTOS A CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO) - a. Contas a receber de clientes - A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes nacionais	4.527.167	3.805.756
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	64	57
Clientes estrangeiros	3.401	3.137
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	2.695	4.400

(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2022	31/12/2021
Total	4.210.574	3.438.995
Circulante	4.149.111	3.375.246
Não circulante	61.463	63.749

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2022	4.533.327	3.930.178	20.873	18.741	21.482	46.586	495.467
31/12/2021	3.183.350	3.131.528	90.024	33.255	24.804	23.903	508.836

A composição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2022	322.753	21.425	1.747	1.384	4.913	15.222	278.062
31/12/2021	374.355	21.962	1.595	3.049	2.761	14.926	330.062

A movimentação da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	382.096
Saldo em 31 de dezembro de 2020	382.096
Adições	177.872
Reversões	(150.160)
Baixas	(18.846)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(16.807)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	374.355
Adições	143.828
Reversões	(130.385)
Baixas	(65.045)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(322.753)

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 32.d.3. **b. Financiamentos a clientes** - A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos a clientes - Ipiranga	1.234.634	1.183.312
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(173.287)	(185.278)
Total	1.061.347	998.034

Circulante

	559.825	582.562
31/12/2022	559.825	582.562
31/12/2021	501.522	415.472

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2022	1.234.634	826.210	8.944	3.892	11.040	11.943	372.605
31/12/2021	1.183.312	770.008	19.260	24.290	14.373	26.685	328.996

A composição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2022	173.287	1.327	483	1.132	3.904	4.937	161.704
31/12/2021	185.278	1.514	6.410	8.697	6.255	9.892	152.510

A movimentação da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	197.011
Saldo em 31 de dezembro de 2020	197.011
Adições	65.536
Reversões	(68.982)
Baixas	(8.287)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	185.278
Adições	45.987
Reversões	(52.695)
Baixas	(5.283)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(173.287)

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 32.d.3. **c. Contas a receber - venda de controladas** - A composição dos demais contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Venda da controlada Oxiteco:		
Contas a receber pela venda de investimentos (i)	-	782.655
(-) Ajuste a valor presente - venda de investimentos (ii)	-	(55.598)
Venda da controlada Extrafarma:		
Contas a receber pela venda de investimentos (iii)	369.508	369.508
Circulante	369.508	1.096.565
Não circulante	184.754	184.754
	184.754	911.811

(i) Refere-se a parcela final da venda da Oxiteco no montante de USD 150 milhões com vencimento em 2024. Em maio de 2022, a controladora Ultrapar realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Oxiteco para a Ultrapar Internacional. (ii) A contraprestação referente à venda da Oxiteco foi reconhecida ao valor presente utilizando a taxa de desconto de 6,1741%. O montante em 31 de dezembro inclui a realização do valor presente e a variação cambial da data do fechamento da transação até 31 de dezembro de 2022. (iii) Refere-se ao pagamento da transação de venda da Extrafarma, que será realizada em 2 parcelas de R\$ 184.754, com vencimento em agosto de 2023 e agosto de 2024, atualizados monetariamente pela taxa CDI + 0,5% a.a. Em dezembro de 2022, a controlada IPP realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Extrafarma para a controladora Ultrapar.

7 ESTOQUES (CONSOLIDADO) - a. Composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.782.522	3.038.061
Matérias-primas	380.993	293.242
Gás liquefeito de petróleo - GLP	143.516	146.070
Materiais de consumo e outros itens para venda	125.239	115.275
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	453.817	301.992
Imóveis para revenda	19.996	24.132
Total	4.906.083	3.918.772

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis. A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

	40.993
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.993
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	5.974
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(5.184)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(28.705)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	13.078
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	10.028
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(1.180)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(21.926)

8 TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO) - a. Impostos a recuperar - Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (a.1)	1.312.990	893.206
PIS e COFINS (a.2)	2.410.736	1.177.513
Imposto sobre Valor Adicionado de controladas no exterior	-	179
Outros	59.545	37.127
Total	3.783.271	2.108.025

Circulante

	1.610.312	1.061.227
31/12/2022	1.610.312	1.061.227
31/12/2021	2.172.959	1.046.798

Não circulante

	2.172.959	1.046.798
31/12/2022	2.172.959	1.046.798
31/12/2021	1.610.312	1.061.227

a.1 O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações: As controladas IPP, Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana"), Cia. Ultrazag, AMPM, Tropical e Iconic Lubrificantes S.A. ("Iconic") possuem créditos no montante de R\$ 1.312.990 (R\$ 893.206 em 31 de dezembro de 2021) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")), no caso das controladas IPP, Bahiana e Cia. Ultrazag e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada pela controlada IPP. Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas próprias operações sujeitas à tributação, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A Administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 5 anos. A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

	568.748
Até 1 ano	568.748
De 1 ano a 2 anos	276.500
De 2 anos a 3 anos	197.252
De 3 anos a 5 anos	268.490
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	1.312.990

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R\$ 59.868 (R\$ 48.502 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas internas de provisionamento. **a.2 O PIS e COFINS a recuperar** está substancialmente relacionado a: **ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS** - O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, bem como montantes oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 27. Lei Complementar 192 - Em 11 de março de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 192/22 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida lei estabelece a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e GLP, garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda a cadeia econômica. Em 18 de maio de 2022, a Medida Provisória nº 1.118/22 foi publicada para alterar a Lei Complementar 192/22 de modo a excluir o direito aos créditos de PIS e COFINS vinculados à aquisição de óleo diesel, GLP e biodiesel. Frente a este ato do Poder Executivo, foi ajuizado em 02 de junho de 2022 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7181 para questionar o dispositivo da MP nº 1.118/22. O Plenário do Superior Tribunal Federal, por unanimidade, referendou, em 21 de junho de 2022, a decisão monocrática anterior que considerou inconstitucional a medida provisória por desrespeito ao princípio da anterioridade nonagressiva. Em razão da liminar e da ausência de conversão em lei da MP nº 1.118/22, restou vigente o texto da LC nº 192/22, que garantia a todas as pessoas jurídicas da cadeia de combustíveis, incluindo as controladas da Sociedade, a manutenção dos créditos de PIS e COFINS vinculados àquelas operações no período de 11 de março de 2022 (a data de publicação da LC nº 192/22) à 15 de agosto de 2022 (noventa dias após a data de publicação da MP que restringia o direito ao crédito dos contribuintes), quando esta começou a produzir efeitos, de acordo com o decidido pelo STF. Neste sentido a Sociedade, assessorada por especialistas jurídicos externos e internos, por meio das suas controladas Ipiranga e Ultrazag, reconheceu créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R\$ 971.373, considerando as projeções e estimativas da Administração de realização de tais créditos. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos. A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

	982.019
Até 1 ano	982.019
De 1 ano a 2 anos	432.609
De 2 anos a 3 anos	484.769
De 3 anos a 4 anos	465.689
De 4 anos a 5 anos	45.630
Total do PIS e da COFINS a recuperar	2.410.736

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar - rata-se de IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade e suas controladas, decorrentes das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referentes a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	499.517	447.191
Circulante	96.134	291.633
Não circulante	403.383	155.558

9 PARTES RELACIONADAS - a. Sociedades relacionadas - Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil		

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/ULTRAPAR1567985002032023.pdf> Hash: 167769660275bd02dd2a2843999b91a8a5ac52ebf4

a.1 Controladora

	31/12/2022	
	Ativo	Passivo
Demais contas a receber relacionadas a pagar financeiro		
	79.070	111
Cia Ultrazag S.A.	15.198	28
Ultracargo Logística S.A.	3.940	-
Eai Clube Automobilista S.A.	487	-
UVC Investimentos Ltda	21	-
am/pm Comestíveis Ltda.	17	-
Iconic Lubrificantes S.A.	52	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	4	30
Outros	89	431
Total	98.878	2.875

	31/12/2022	
	Ativo	Passivo
Demais contas a receber relacionadas a pagar financeiro		
	406.787	71.585
Cia Ultrazag S.A.	11.066	1.085
Imilarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	7.025	4.674
Oxiteco S.A. Indústria e Comércio	3.787	2
Ultracargo Logística S.A.	2.798	-
Eai Clube Automobilista S.A.	200	-
UVC Investimentos Ltda	21	-
am/pm Comestíveis Ltda.	146	-
Iconic Lubrificantes S.A.	11	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	293	322
Outros	-	1
Total	406.787	96.926

(1) Em março de 2021 a controlada IPP efetuou a sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, com vencimento final em 31 de março de 2024 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar. O montante foi recebido em 28 de julho de 2022. **a.2 Consolidado** - Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminadas na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas estão destacados abaixo:

	31/12/2022
Mútuos ⁽¹⁾	
Operações comerciais	
Transações comerciais	

	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e prestações	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	26.062	336.781
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	61	784
Latitude Logística Portuária S.A.	-	3	346	-
Nordeste Logística S.A.	-	-	22	-
Nordeste Logística III S.A.	-	-	17	-
Chevron (Thailand) Limited ⁽²⁾	-	-	113	832
Chevron Latin America Marketing LLC ⁽²⁾	-	-	34	-
Chevron Lubricants Oils S.A. ⁽²⁾	-	-	403	930
Chevron Marine Products ⁽²⁾	-	-	1.950	14.068
Chevron Orionite Brasil Ltda. ⁽²⁾	-	-	53.912	162.006
Chevron Products Company ⁽²⁾	-	-	178.846	699.154
Chevron Belgium NV ⁽²⁾	-	-	326	13.053
Chevron Petroleum CO Colombia ⁽²⁾	-	-	220	220
Chevron Lubricants Lanka PLC ⁽²⁾	-	-	88</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS EM CONJUNTO E COLIGADAS - Abaixo estão demonstradas as posições do patrimônio líquido e resultado do exercício por empresa:

Controlada	Participação no Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	Investimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Ativo não circulante				
Passivo circulante				
Passivo não circulante				
Patrimônio líquido				
Receita líquida				
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais				
Resultado financeiro e imposto de renda				
Lucro (prejuízo) líquido				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Participação no capital social - %				
Total do investimento na controladora	12.247.087	8.266.396	1.312.346	828.972
Total da provisão para passivo a descoberto da controladora	(76.646)	(14.199)		
Total	12.170.441	8.252.197		

Os percentuais acima estão arredondados. (i) Saldos estão apresentados líquidos dos efeitos das operações descontinuadas. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4. (ii) Até 31 de julho de 2022 a Ultrazag era controlada da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Em 1º de agosto de 2022 a Sociedade fez a aquisição da participação de 99% da Cia. Ultrazag. Em 1º de novembro de 2022 foi constituída a Ultrazag Participações S.A., que passou a ser a controladora direta da Companhia Ultrazag S.A. e respectivas controladas. Para mais informações, vide nota explicativa 1.a.2. (iii) Resultado de equivalência referente ao período de agosto a outubro de 2022 em que a Companhia Ultrazag S.A. foi controlada direta da Sociedade. (iv) A Sociedade fez a aquisição da participação de 50% da Química da Bahia em 1º de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022 a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A. (v) Em 01 de agosto de 2022 a Ultrazag adquiriu a totalidade de cotas da UVC Investimentos Ltda. de sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Empreendimentos controlados em conjunto	Participação no Investimento		Resultado de equivalência patrimonial			
	Investimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (i)	8.912 (7.760)	50	4.456	8.336 (3.880)	602	
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (ii)	110.040 76.450	33	36.542	16.622	25.391	104
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (iii)	- -	-	-	-	-	(18.081)
Latitude Logística Portuária S.A. (iv)	15.276 (1.716)	50	7.638	9.978 (2.339)	593	
Navegantes Logística Portuária S.A. (v)	69.749 (19.768)	33	23.250	22.289 (11.040)	(3.032)	
Nordeste Logística I S.A. (vi)	19.021 9.098	33	6.340	2.416	2.591	1.592
Nordeste Logística II S.A. (vii)	58.246 (3.631)	33	19.415	13.256 (2.007)	(819)	
Nordeste Logística III S.A. (viii)	51.113 799	33	17.038	10.566 (30)	255	
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (ix)	7.040 (15)	50	3.520	3.528 (8)	-	
Total do investimento no consolidado	111.384	78.593	12.181	(17.634)		
Total da provisão para passivo a descoberto do consolidado	(157)					
Total	111.227	78.593				

Os percentuais acima estão arredondados. (i) A Sociedade adquiriu a participação de 50% da Química da Bahia em 1º de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022, a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A. (ii) A controlada Ultrazag Logística participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (iii) "União Vopak", que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá. (iv) A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("RPPN"), que tem como atividade principal o refino de petróleo. (v) A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Em 25 de junho de 2021 foi anunciada a venda da ConectCar, concluída em 01 de outubro de 2021 para a Porto Seguro S.A., por meio de sua subsidiária Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O valor da venda da participação de 50% da controlada IPP foi de R\$ 165 milhões, e, após os ajustes decorrentes de variações de capital de giro e da posição da dívida líquida, totalizou R\$ 158 milhões. (vi) A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. ("Latitude"); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. ("Navegantes"); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. ("Nordeste Logística I"), na Nordeste Logística II S.A. ("Nordeste Logística II") e na Nordeste Logística III S.A. ("Nordeste Logística III"). (vii) A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. ("TSB"), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural. (viii) A controlada Cia. Ultrazag participa da Metalúrgica Plus S.A. ("Metalplus"), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. ("Plenogás"), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente as coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas. Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

Controlada	União Vopak		Química da Bahia		Latitude Logística		Nordeste Logística I		Nordeste Logística II		Nordeste Logística III	
	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022
Ativo circulante	3.164	615.563	382	9.526	4.358	20.604	38.951	25.598				
Ativo não circulante	7.454	156.788	9.767	67.774	179.377	23.146	40.806	49.800				
Passivo circulante	1.378	432.502	-	13.112	40.675	6.183	10.915	7.671				
Passivo não circulante	328	263.999	3.109	48.912	73.311	18.546	10.596	16.415				
Patrimônio líquido	8.912	75.850	7.040	15.276	69.749	19.021	58.246	51.112				
Receita líquida	3.408	3.215.987	-	12.722	-	20.631	3.205	12.798				
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.412)	(3.085.140)	(15)	(9.864)	(11.360)	(7.901)	(7.367)	(10.720)				
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	2.244	(52.248)	-	(4.574)	(8.408)	(3.632)	531	(1.280)				
Lucro (prejuízo) líquido	(7.760)	78.599	(15)	(1.716)	(19.768)	9.098	(3.631)	798				
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	1.493.122	9.384.693	37.998.195	984.587	22.393.571	16.977.737				
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33				

Controlada	União Vopak		Conect-Car		Latitude Logística		Nordeste Logística I		Nordeste Logística II		Nordeste Logística III	
	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022
Ativo circulante	10.068	273.029	171.894	18.798	5.393	52.022	36.958	17.458				
Ativo não circulante	9.696	179.652	177.217	50.215	167.170	18.346	17.279	49.439				
Passivo circulante	2.824	354.001	174.030	9.151	256	46.615	1.418	13.960				
Passivo não circulante	268	84.980	18.883	39.906	105.440	16.504	13.052	21.239				
Patrimônio líquido	16.672	13.700	156.198	19.956	66.867	7.249	39.767	31.698				
Receita líquida	17.660	2.092.786	60.436	5.895	-	11.625	2.016	7.561				
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(16.144)	(2.105.544)	(97.095)	(2.591)	(1.579)	(3.260)	(3.980)	(5.030)				
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(312)	15.235	497	(2.118)	(7.517)	(3.589)	(494)	(1.765)				
Lucro (prejuízo) líquido	1.204	2.477	(36.162)	1.186	(9.096)	4.776	(2.458)	766				
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	263.768.000	4.383.881	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241				
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33				

Os percentuais acima estão arredondados. (i) Os saldos apresentados referem-se a 30 de setembro de 2021, em virtude da concretização da venda da ConectCar em 01 de outubro de 2021. Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

Controlada	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.		Metalúrgica Plus S.A.		Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	
	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022	RPR	31/12/2022
Ativo circulante	8.598	617				
Ativo não circulante	10.420	-	1.949			
Passivo circulante	2.824	29	167			
Passivo não circulante	601	448	555			
Patrimônio líquido	15.593	(471)	1.844			
Receita líquida	18.250	-	-			
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.593)	(245)	356			
Resultado financeiro e imposto de renda	76	(69)	(3)			
Lucro (prejuízo) líquido	10.733	(314)	353			
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	3.000	1.384.308			
Participação no capital social - %	25	33	33			

Controladora	Empreendimentos controlados em conjunto		Empreendimentos controlados em conjunto		Sociedades controladas em conjunto	
	Total	31/12/2022	Total	31/12/2021	Total	31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)	8.247.649	4.548	8.252.197	71.389	7.204	78.593
Equivalência patrimonial	1.286.253	26.098	1.312.346	9.397	2.784	12.181
Dividendos	(352.993)	(4.296)	(357.289)	(4.298)	(2.076)	(6.374)
Instrumento patrimonial outorgado	14.195	14.195	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.798	267	2.065	267	-	267
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	288	(1.440)	(1.152)	(1.440)	-	(1.440)
Aumento de capital em dinheiro	369.021	-	369.021	28.000	-	28.000
Transações com sócios - alterações de participação	910	3.528	4.438	3.528 (3.528)	-	-
Resgate de ações - Ultrazag	(23.065)	-	(23.065)	-	-	-
Aquisição Cia Ultrazag	1.823.105	-	1.823.105	-	-	-
Aquisição UVC Investimentos	(129)	-	(129)	-	-	-
Movimentações com operações descontinuadas	774.704	-	774.709	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)	12.141.736	28.705	12.170.441	106.843	4.384	111.227

Controladora	Empreendimentos controlados em conjunto		Empreendimentos controlados em conjunto		Sociedades controladas em conjunto	
	Total	31/12/2022	Total	31/12/2021	Total	31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (i)	10.496.479	(2.096)	10.494.383	137.004	25.616	162.620
Equivalência patrimonial das operações em continuidade	828.150	822	828.972	(18.068)	434	(17.634)
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas	65.264	-	65.264	-	48	48
Dividendos	(692.976)	-	(692.976)	-	(998)	(998)
Instrumento patrimonial outorgado	3.631	-	3.631	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	7.352	99	7.451	99	-	99
Ajustes de conversão de controladas no exterior	73.049	-	73.049	-	-	-
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	29.273	5.723	34.996	5.723	-	5.723
Aumento de capital em dinheiro	119.156	-	119.156	30.697	-	30.697
Redução de capital	-	-	-	(5.001)	(1.500)	(6.501)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	-	(966)	-	(966)
Baixa de investimento	-	-	-	(78.099)	-	(78.099)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(2.681.729)	-	(2.681.729)	-	(16.396)	(16.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)	8.247.649	4.548	8.252.197	71.389	7.204	78.593

(i) Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas líquido de provisão para passivo a descoberto.

14 ATIVOS DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS A PAGAR (CONSOLIDADO) - A Sociedade e algumas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e bases de distribuição; (ii) Ultrazag: pontos de venda e bases de engarrafamento; (iii) Ultrazag: áreas portuárias e (iv) Sociedade: escritórios. A Sociedade e algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos. a. Ativos de direito de uso

Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Variação cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	10	2.254.432	257.787 (150.718)	-	1.295	(569.323)	1.793.473
Áreas portuárias	20	268.534	31.096 ⁽ⁱ⁾	-	-	-	299.630
Veículos	4	139.843	26.589 (9.315)	-	103	(11.047)	146.173
Equipamentos	6	44.936	19.887 (6.171)	-	1.920	(43.832)	16.740
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
Total	2.735.591	335.359 (166.204)	-	3.318	(624.202)	2.283.862	

Valor líquido (i) Refere-se a R\$ 5.311 transferidos para o imobilizado.

Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Variação cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	10	2.150.286	296.402 (75.735) (11.935)	1.837 (359.506) (350.054)	1.651.295		
Áreas portuárias	20	268.534	31.096 ⁽ⁱ⁾	-	-	299.630	
Veículos	4	139.843	26.589 (9.315)	-	103	(11.047)	146.173
Equipamentos	6	44.936	19.887 (6.171)	-	1.920	(43.832)	16.740

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO) - A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências ^(b)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Ágio (a)	818.096	99.679	-	-	-	-	917.775
Software (b)	1.146.980	277.600	-	173 (125.665)	-	-	1.299.088
Fundo de comércio	114.593	-	-	-	-	-	114.593
Marcas (c)	69.198	-	-	-	(3.551)	-	65.647
Direito de uso de marcas (c)	39	114.792	-	-	-	-	114.792
Outros (d)	10	421	999	(1.243)	-	-	177
Créditos de descarbonização (CBI0) (e)	-	635.130	-	(402.825)	-	-	232.305
		2.264.080	1.013.408	(1.070)	(528.490)	(3.551)	2.744.377
Amortização acumulada:							
Software	(679.402)	-	(154.122)	-	124.865	-	(708.659)
Fundo de comércio	(101.027)	-	(1.010)	-	-	-	(102.037)
Direito de uso de marcas	(11.993)	-	(2.937)	-	-	-	(14.930)
Outros	(402)	-	-	-	-	-	(402)
	(792.824)	-	(158.069)	-	124.865	-	(826.028)
Valor líquido	1.471.256	1.013.408	(158.069)	(1.070)	(403.625)	(3.551)	1.918.349

(f) Refere-se a R\$ 1.070 transferidos para o imobilizado.

Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências ^(b)	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos vendidos ^(a)	Saldo em 31/12/2021
Custo:								
Ágio (a)	1.525.088	-	-	-	-	(706.992)	-	818.096
Software (b)	1.395.046	284.311	-	372 (19.826)	1.808 (514.731)	-	-	1.146.980
Tecnologia (c)	32.617	-	-	-	-	(32.617)	-	-
Fundo de comércio	133.599	-	-	-	-	(19.006)	-	114.593
Marcas (c)	136.992	-	-	-	4.759 (72.523)	-	-	69.198
Direito de uso de marcas (c)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros (d)	10	50.698	1.678	-	-	(76) (51.879)	-	421
Créditos de descarbonização (e)	-	176.837	-	(176.837)	-	-	-	-
	3.388.802	462.826	-	372 (196.663)	6.491 (1.397.748)	-	-	2.264.080
Amortização acumulada:								
Software	(825.024)	-	(206.025)	(203)	19.329 (1.566)	334.087	(679.402)	-
Tecnologia	(32.616)	-	-	-	-	-	32.616	-
Fundo de comércio	(113.326)	-	(3.093)	-	-	-	15.392	(101.027)
Direito de uso de marcas	(9.056)	-	(2.937)	-	-	-	-	(11.993)
Outros	(32.845)	-	(167)	-	-	32.612	(402)	-
	(1.012.867)	-	(212.222)	(203)	19.329 (1.568)	414.707	(792.824)	-
Provisão para redução e valor recuperável "impairment":								
Ágio (a)	(593.280)	(68.273)	-	-	-	661.553	-	-
Fundo de comércio	(76.218)	-	-	-	-	76.218	-	-
	(593.280)	(144.491)	-	-	-	737.771	-	-
Custo líquido	1.782.655	318.335 (212.222)	169 (177.334)	4.923 (245.270)	1.471.256	-	-	1.471.256

(i) Refere-se a valores transferidos do imobilizado. (ii) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c. a. **Ágio** - O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. O saldo é composto pelas seguintes aquisições.

Ágio na aquisição de:	Segmento	
	31/12/2022	31/12/2021
Extrarma	-	661.553
Extrarma - impairment ^(b)	-	(661.553)
Extrarma - líquido	-	-
Ipiranga ^(a)	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	69.807	69.807
Temmar	43.781	43.781
DNP	24.736	24.736
Repsol	13.403	13.403
Stella ^(a)	99.679	-
TEAS	797	-
	917.775	818.096

(a) Para mais informações, vide nota explicativa nº 4.a. (b) Inclui R\$ 246.163 apresentado como ágio na contratação da Ultrafarm. (c) Para mais informações, vide nota explicativa nº 34.a. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo. Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2022 variaram de 10,1% a 11,1% e -0,5% a 0,5% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2022 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA. **b. Software** - Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com softwares em andamento no montante de R\$ 18.673 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 27.672 em 31 de dezembro de 2021). **c. Marcas e direito de uso de marcas** - Marcas representam os custos de aquisição da marca "am/pm" no Brasil, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco. **d. Outros intangíveis** - Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrarma reclassificado para ativos de controladas mantidos para venda. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 4.c. **e. Créditos de descarbonização** - Representam os CBI0s adquiridos e registrados pelo custo de aquisição. O valor da coluna "baixas" refere-se aos CBI0s aposentados no exercício, que não podem ser objeto de negociação futura.

17 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS DE PROTEÇÃO - a. Composição • Controladora:

Descrição	Encargos financeiros médios ponderados em 2022		Vencimento
	31/12/2022	31/12/2021	
Moeda nacional:			
Debêntures - 6ª emissão	1.800.213	1.764.199	DI 105,3%
Total	1.800.213	1.764.199	
Circulante	1.800.213	39.333	
Não circulante	-	1.724.866	

Moeda estrangeira:	Encargos financeiros médios ponderados em 2022		Vencimento
	31/12/2022	31/12/2021	
Notas no mercado externo (d)	3.973.816	7.821.441	US\$ 5,3%
Financiamento externo (e)	1.161.798	735.438	US\$ 4,2%
			US\$ +
Financiamento externo (e)	-	275.936	LIBOR (1)
Financiamento externo (e)	54.542	-	EU\$ 2,9%
Total moeda estrangeira	5.190.156	8.832.815	

Moeda nacional:	Índice/Moeda		Vencimento
	31/12/2022	31/12/2021	
Debêntures - CRA (g)	660.485	2.063.788	DI 97,5%
Debêntures - 6ª emissão (g)	1.800.213	1.764.199	DI 105,3%
Debêntures - CRA (g)	3.011.462	1.940.237	IPCA 5,1%
Debêntures - Ultracrag Logística e Tequimar Vila do Conde (g)	-	771.538	DI 5,1%
Tequimar Vila do Conde (f)	482.185	466.061	IPCA 4,1%
Banco do Brasil pós-fixado (f)	-	204.813	DI 6,5%
Debêntures - Ultracrag Logística (g)	81.548	80.946	RS 6,5%
Cédula de Crédito Bancário	-	51.179	DI
Instituições financeiras	-	4.564	RS
FINEP	-	326	TJLP (2)
Total moeda nacional	6.035.893	7.347.651	
Total moeda estrangeira e nacional	11.226.049	16.180.466	
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos (f)	524.312	197.177	
Total	11.750.361	16.377.643	
Circulante	3.360.677	2.866.051	
Não circulante	8.389.684	13.511.592	

(*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 32.i). (1) LIBOR = London Interbank Offered Rate. (2) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de dezembro de 2022, a TJLP estava fixada em 7,20% a.a. A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Captações com efeito caixa	-	1.724.866	817.898	3.092.734
Apropriação de juros	94.458	-	782.965	774.904
Pagamento de principal	(1.000.000)	(2.922.214)	-	-
Pagamento de juros	(102.871)	(749.043)	-	-
Variação monetária e cambial	-	800.749	-	-
Variação de valor justo	-	(229.657)	-	-
Resultado de hedges	-	80.018	-	-
Reclassificação para passivos mantidos para venda (i)	-	(241.748)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.764.199	16.377.643	1.519.580	15.915.580
Captações com efeito caixa	-	218.566	945.023	945.023
Apropriação de juros	218.566	-	(5.848.611)	(5.848.611)
Pagamento de principal (d)	-	(182.552)	(914.979)	(914.979)
Pagamento de juros	-	(587.064)	-	-
Variação monetária e cambial	-	(68.366)	-	-
Variação de valor justo	-	327.135	-	-
Resultado de hedges	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.800.213	11.750.361	1.800.213	11.750.361

(i) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.1. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 2 anos	-	-	-	-
De 2 a 3 anos	-	1.724.866	817.898	3.092.734
De 3 a 4 anos	-	-	782.965	774.904
De 4 a 5 anos	-	-	2.268.647	270.401
Mais de 5 anos	-	-	-	3.056.499
	-	1.724.866	8.389.684	13.511.592

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros. Para algumas dívidas a Administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e a taxa de juros (vide nota explicativa nº 32.h). **b. Custos de transação** - Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor dos financiamentos contratados e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2021	Custos incorridos	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	54.490	30.420	68.168
Notas no mercado externo	28.018	(15.613)	12.405
Banco do Brasil	76	(76)	-
Total	82.584	30.420	80.573

Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2020	Custos incorridos	Amortizações	Reclassificação para passivos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	0,2	28.348	40.953	(14.811)	54.490
Notas no mercado externo	0,1	37.112	-	(4.899)	28.018
Notas promissórias	1,318	-	-	(3.318)	-
Banco do Brasil	0,1	332	-	(256)	76
Total	67,110	40.953	(21.275)	(4.204)	82.584

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 4	De 4 a 5	Mais de 5	Total
14.511	10.363	9.450	9.272	9.309	15.263.688
2.289	2.298	2.294	2.087	1.412	2.025.124
16.800	12.661	11.744	11.359	10.721	17.288.805

c. Garantias - Os financiamentos não possuem garantias reais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e possuem avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 9.371.295 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.151.506 em 31 de dezembro de 2021). A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 115.451 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 118.231 em 31 de dezembro de 2021). A controlada IPP emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes, conforme abaixo:

Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	IPP	
	31/12/2022	31/12/2021
Vencimento de até	550.908	690.347
Valor justo das garantias outorgadas	9.914	9.923

Caso a controlada IPP venha a ser instada a realizar algum pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2022 a controlada IPP não teve perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica "Demais contas a pagar" no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras. **d. Notas no mercado externo** - Em 07 de abril de 2022 a subsidiária Ultracrag Logística emitiu ofertas de recompra de títulos de dívida (notas) no exterior ("Ofertas de Recompra") de até US\$ 550.003.000,00 ("Valor Agregado Inicial de Recompra"), envolvendo (i) até a totalidade das 5,250% Senior Notes com vencimento em 2026 ("Notas 2026"); e (ii) até o limite de recompra das Notas 2029, das 5,250% Senior Notes com vencimento em 2029 ("Notas 2029"), ambas emitidas pela Ultracrag Internacional S.A. ("Ultracrag Internacional") e em circulação no mercado internacional. As Ofertas de Recompra juntas estavam limitadas ao Valor Agregado Inicial de Recompra, sendo que a Ultracrag Internacional tinha a opção de aumentar o Valor Agregado Inicial de Recompra para até US\$ 600.000.000,00 em valor principal agregado, conforme descrito nos documentos das Ofertas de Recompra. Em 14 de abril de 2022 a controlada Ultracrag Internacional recomprou US\$ 114.129 (equivalente a R\$ 595.490 em 31 de dezembro de 2022) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026. Em 18 de abril de 2022 a controlada Ultracrag Internacional recomprou US\$ 200 (equivalente a R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2022) das notas no mercado externo com vencimento em 2026. Em 27 de abril de 2022 a controlada Ultracrag Internacional recomprou US\$ 485.667 (equivalente a R\$ 2.534.064 em 31 de dezembro de 2022) das notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029. Em decorrência da emissão de notas no mercado externo a Sociedade e suas controladas estão sujeitas a certos compromissos, dentre eles: **a.** Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultracrag Internacional e IPP; **b.** Restrição de gravames em ativos superiores a US\$ 150.000 (equivalente a R\$ 782.655 em 31 de dezembro de 2022) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados. A Sociedade e suas controladas mantêm os compromissos requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações desse natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento. **e. Financiamentos externos** - A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 125.000 (equivalente a R\$ 652.213 em 31 de dezembro de 2022). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,9% do DI. Em 30 de setembro de 2022 a controlada Iconic Lubrificantes S.A. efetuou a captação de financiamento no montante de US\$ 9.708 (equivalente a R\$ 54.072 em 31 de dezembro de 2022) em forma de empréstimo pré-fixado junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol) com vencimento em maio de 2022. Os empréstimos foram liquidados conforme data de vencimento. **g. Debêntures - g.1** Em março de 2021 a controlada Tequimar Vila do Conde efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 360.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, cujas principais características são: Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00; Vencimento final: 15 de março de 2028; Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final; Remuneração: IPCA + 0,404%; Pagamento da remuneração: Semestralmente; Repetição: Não haverá repetição; A Tequimar Vila do Conde contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Tequimar Vila do Conde designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debênt

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor da provisão de responsabilidade da Chevron no montante de R\$ 26.010, refere-se a: i) R\$ 23.337 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R\$ 2.381 de processos trabalhistas e (iii) R\$ 292 de processos civis, regulatórios e ambientais.

24 BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO - INDENIZAÇÃO - Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extratrama em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição - indenização, correspondentes a 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição podem ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extratrama e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição - indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 24 de fevereiro de 2021, 11 de agosto de 2021, 23 de fevereiro de 2022 e 03 de agosto de 2022, o Conselho de Administração confirmou a emissão de, respectivamente 70.939, 31.032, 43.925 e 21.472 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da entidade das ações de Extratrama pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extratrama de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 656.121 ações vinculadas aos bônus de subscrição - indenização foram canceladas e não emitidas. Em 31 de dezembro de 2022, permanecem retidas 3.392.235 ações vinculadas aos bônus de subscrição - indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 42.776 (R\$ 51.296 em 31 de dezembro de 2021).

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.173.080 (1.115.107.663 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. O preço das ações de emissão da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 12,61 (R\$ 12,54 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 estavam em circulação no exterior 58.895.761 ações ordinárias na forma de ADRs (50.374.275 ações em 31 de dezembro de 2021). **b. Instrumento patrimonial outorgado** - A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 9.c). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto era de 6.184.427 ações ordinárias (3.178.383 em 31 de dezembro de 2021). **c. Ações em tesouraria** - A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Resoluções CVM 2/20 e 77/22. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R\$ 479.874 (R\$ 488.425 em 31 de dezembro de 2021) e eram mantidas livres em tesouraria pela Sociedade 19.974.556 ações ordinárias (23.756.393 em 31 de dezembro de 2021) adquiridas ao custo médio de R\$ 24,01.

Saldo livre de ações em tesouraria 19.974.556
Saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto (vide nota explicativa nº 25.b) 6.184.427
Saldo total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 26.158.983

d. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas. **e. Reservas de lucros de controladas - e.1 Reserva legal** - Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal totalizava R\$ 882.575 (R\$ 792.533 em 31 de dezembro de 2021). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. **e.2 Reserva estatutária para investimentos** - Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 54 do Estatuto Social, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 75% do lucro líquido anual, após deduzida a reserva legal, à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social. A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 5.228.561 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.073.876 em 31 de dezembro de 2021). Conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a próxima assembleia deverá deliberar sobre o excedente da reserva de lucros em relação ao capital social. **f. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - f.1 Ajustes de avaliação patrimonial** - (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção. (ii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. (iii) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas. A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (i)		Ganhos/(perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (ii)		Mudança de participação de não controladores (iii)		Total
	(609.277)	269	(53.351)	197.369	-	(464.990)	
Em 31 de dezembro de 2020							
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	12.036	(672)	-	-	-	-	11.364
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(4.060)	-	-	-	-	-	(4.060)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	49.550	-	-	-	49.550
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	(14.002)	-	-	-	(14.002)
Em 31 de dezembro de 2021	(601.301)	(403)	(17.803)	197.369	-	(422.138)	
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	910.804	403	-	-	-	-	747.911.954
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(309.503)	-	-	-	-	-	(309.503)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	(610)	-	-	-	(610)
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	271	-	-	-	271
Em 31 de dezembro de 2022			(18.142)	197.369	747	179.974	

f.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.1.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo, líquido de imposto de renda e contribuição social (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	304.645	231.596	(269.482)	97.113
Saldo inicial	304.645	231.596	(269.482)	97.113
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	80.057	(36.461)	(27.219)	12.397
Variação cambial sobre notas no mercado externo	(88.001)	304.645	-	-
IRPJ e CSLL sobre variação cambial das notas no mercado externo	-	-	-	-
Baixa por venda de investimento	-	-	-	-
Saldo final	304.645	231.596	-	-

Destinação do resultado do período - Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2021, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 185.896 (R\$ 0,17 - dezessete centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 23 de fevereiro de 2022, e foram pagos a partir de 11 de março de 2022. Em 11 de maio de 2022 foram aprovados os juros sobre capital próprio intermediários, atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, no montante de R\$ 450.000 (R\$ 0,41 - quarenta e um centavos de Real por ação), bruto de imposto de renda, pagos a partir de 10 de agosto de 2022. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2022, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 109.515 (R\$ 0,10 - dez centavos de Real por ação) foram aprovados pelo CA em 15 de fevereiro de 2023 e serão pagos a partir de 03 de março de 2023. A proposta de administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

	31/12/2022		31/12/2021	
	1.800.839	90.042	1.710.797	427.699
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Ultrapar	1.800.839	90.042	1.710.797	427.699
Reserva legal (5% do lucro líquido)	90.042	-	427.699	-
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	1.710.797	90.042	1.283.098	427.699
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	427.699	-	427.699	-
Total da distribuição	427.699	-	427.699	-
Juros sobre capital próprio líquidos de imposto de renda já distribuídos (R\$ 0,35 por ação) (*)	(396.314)	-	(396.314)	-
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	78.130	-	78.130	-
Saldo de dividendos propostos (R\$ 0,10 por ação)	109.515	-	109.515	-
Abertura do saldo de distribuição de dividendos	427.699	-	427.699	-
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	-	427.699	-	427.699
Saldo de dividendos propostos	-	78.130	-	78.130
Destinação do lucro líquido	90.042	-	90.042	-
Reserva legal (5% do lucro líquido)	90.042	-	90.042	-
Reserva estatutária	1.204.968	-	1.204.968	-
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	396.314	-	396.314	-
Dividendos mínimos obrigatórios complementar do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	31.385	-	31.385	-
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	78.130	-	78.130	-
Total da distribuição do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Ultrapar	1.800.839	-	1.800.839	-

(*) O valor bruto dos Juros sobre o capital próprio foi de R\$450.004. A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas e materiais de uso e consumo (1)	(203.834)	(175.933)	(1.033.718)	(899.188)
Gastos com pessoal	-	-	(638.542)	(161.281)
Fretes e armazenagens	(100.262)	(104.039)	(442.379)	(399.904)
Obrigação de descarbonização (2)	(1.608)	(11.936)	(732.241)	(653.118)
Serviços prestados por terceiros	(11.444)	(6.093)	(288.419)	(260.716)
Depreciação e amortização	-	(16)	(102.205)	(106.352)
Amortização de ativos de direito de uso	-	-	-	34.247
Propaganda e marketing	-	-	-	213.183
Créditos fiscais extemporâneos (3)	(26.635)	(19.603)	45.604	(54.432)
Outras despesas e receitas, líquidas	307.867	294.386	-	-
CSC/Holding	(35.916)	(23.234)	(140.467.245)	(108.130.017)

Classificado como:
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados - (136.276.257) (104.827.966)
Despesas com vendas e comerciais - (2.141.985) (1.931.666)
Despesas gerais e administrativas (35.817) (24.927) (1.534.481) (1.466.551)
Outros resultados operacionais, líquidos (99) 1.693 (514.522) 96.166
Total (35.916) (23.234) (140.467.245) (108.130.017)

(1) Inclui créditos de PIS e COFINS registrados em 2022 referente a LC 192. Para mais informações, vide nota explicativa nº 8. (2) Refere-se a obrigação adotada pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor de gás e petróleo, os valores estão apresentados na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos. (3) Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS registrados em 2021 e 2022. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União Federal, o STF definitivamente decidiu sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para

os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, tendo sido os respectivos subfidejantes comprovados dos valores a restituir devidamente confirmados pela Administração cível, regulatória e ambiental.

28 RESULTADO NA VENDA DE BENS (CONSOLIDADO) - O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No acumulado até 31 de dezembro de 2022 o resultado foi um ganho de R\$ 169.289 (ganho de R\$ 184.189 em 31 de dezembro de 2021, representado principalmente pela venda da ConectCar e de imóveis).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	194.061	34.690	388.675	101.326
Juros de clientes	-	-	128.052	109.999
Atualização de bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	5.099	33.180	5.099	33.180
Juros Selic sobre créditos de PIS/COFINS	133	-	35.268	201.795
Atualização de provisões e outras receitas	19.147	444	149.595	13.854
	218.440	68.314	706.689	460.154

Resultado básico por ação
Resultado líquido da Sociedade
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)
Lucro básico por ação - R\$

Resultado diluído por ação
Resultado líquido da Sociedade
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição
Lucro diluído por ação - R\$

Média ponderada das ações (em milhares)
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação
Efeito da diluição
Bônus de subscrição
Plano de ações
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação

(*) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.1. (**) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.2. As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.472.210 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 24.

31 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - A Sociedade possui três segmentos relevantes de negócios: distribuição de gás (Ultragaz), distribuição de combustíveis (Ipiranga) e armazenagem (Ultracargo). O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível,

	31/12/2022				Subtotal	Segmentos	Eliminações	Total
	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1)(2)				
Resultado	131.337.966	11.483.398	867.148	218.770	143.907.282	(272.574)	143.634.708	
Receita líquida de vendas de serviços	131.253.637	11.480.697	684.350	216.024	143.634.708	-	143.634.708	
Transações com terceiros	84.329	2.701	182.798	2.746	272.574	(272.574)	-	
Transações entre segmentos	(126.569.490)	(9.446.354)	(340.621)	(185.914)	(136.542.379)	266.122	(136.276.257)	
Lucro bruto	4.768.476	2.037.044	526.527	32.856	7.364.903	(6.452)	7.358.451	
Recargas (despesas) operacionais	(1.552.636)	(576.087)	(12.701)	(561)	(2.141.985)	-	(2.141.985)	
Com vendas e comerciais	(628.753)	(257.315)	(134.209)	(320.657)	(1.504.933)	6.452	(1.534.481)	
Gerais e administrativas	168.709	(1.381)	(887)	2.848	169.289	-	169.289	
Outros resultados operacionais, líquidos	(525.966)	6.235	3.330	1.879	(514.522)	-	(514.522)	
Lucro (prejuízo) operacional	2.029.830	1.208.496	382.061	(283.635)	3.336.752	-	3.336.752	
Equivalência patrimonial	(10.052)	13	(3.890)	26.100	12.181	-	12.181	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	2.019.778	1.208.509	378.181	(257.535)	3.348.933	-	3.348.933	
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	353.962	239.204	94.337	44.738	732.241	-	732.241	
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	503.751	1.502	-	-	505.253	(346)	504.907	
Amortização de ativos de direito de uso	191.178	56.177	37.124	3.940	288.419	-	288.419	
Total de depreciação e amortização	1.048.891	296.883	131.461	48.678	1.525.913	(346)	1.525.567	

	31/12/2022				Subtotal	Segmentos	Eliminações	Total
	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1)(2)				
Resultado	99.382.617	9.744.659	713.096	107.185	109.947.557	(214.715)	109.732.842	
Receita líquida de vendas de serviços	99.382.547	9.740.657	518.762	90.876	109.732.842	-	109.732.842	
Transações com terceiros	70	4.002	194.334	16.309	214.715	(214.715)	-	
Transações entre segmentos	(96.110.408)	(8.626.340)	(285.406)	70	(105.022.084)	194.118	(104.827.966)	
Lucro bruto	3.272.209	1.118.319	427.699	107.255	4.925.473	(20.597)	4.904.876	
Com vendas e comerciais	(1.385.814)	(459.179)	(9.144)	(7.529)	(1.861.666)	-	(1.861.666)	
Gerais e administrativas	(846.441)	(202.002)	(127.117)	(311.588)	(1.487.148)	20.597	(1.466.551)	
Outros resultados operacionais, líquidos	183.862	2.138	(1.754)	(57)	184.189	-	184.189	
Lucro operacional	74.574	10.976	3.876	6.740	96.166	-	96.166	
Equivalência patrimonial	(859)	(104)	602	(17.273)	(17.634)	-	(17.634)	
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	1.297.531	470.148	294.153	(292.452)	1.769.380	-	1.769.380	
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	325.944	211.014	76.421	39.741	653.118	-	653.118	
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	280.975	1.546	-	-	282.521	-	282.521	
Amortização de ativos de direito de uso	182.245	46.579	25.440	6.452	2			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2022	31/12/2021
Ultrargaz	373.514	422.542
Ultracarb	120.076	135.565
Ultracargo	2.450	1.526
Total	496.040	559.633

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes das adições dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes:

	31/12/2022	31/12/2021				
Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil para perdas bruto esperadas	Provisão Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil para perdas bruto esperadas	Provisão Taxa média ponderada de perda esperada		
A vencer	0,5%	4.756.388	22.752	0,6%	3.901.536	23.476
< 30 dias	7,5%	29.817	2.230	7,3%	109.284	8.005
31 a 60 dias	11,1%	22.633	2.516	20,4%	57.545	11.746
61 a 90 dias	26,5%	32.522	8.617	23,0%	39.177	9.016
91 a 180 dias	34,4%	58.529	20.159	49,1%	50.588	24.818
> 180 dias	50,7%	868.072	439.766	57,5%	838.532	482.572
		5.767.961	496.040		4.996.662	559.633

	31/12/2022	31/12/2021
Brasil	495.929	559.532
Estados Unidos e Canadá	61	3
Outros Países da América Latina	31	15
Europa	5	66
Outros	14	17
	496.040	559.633

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 6.a e 6.b. **d.4 Risco de preços** - A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de commodities, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas. Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de hedge para as importações, utilizando-se de contratos derivativos de heating oil (diesel) e RBOB (gasolina) negociados em bolsa. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade e as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de commodities em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Derivativo	Contrato	Nacional (m²)		Nacional (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)		Cenário possível (Δ de 10% - R\$ mil)		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Termo de Mercadorias	Vendido Heating Oil	jul-23	158.828	167.255	150.498	103.148	(52.214)	2.269	(124.293)	(55.066)
Termo de Mercadorias	Vendido RBOB	jan-23	52.466	29.413	31.382	17.112	(15.481)	(967)	(33.404)	(10.613)
							(67.695)	1.302	(157.697)	(65.679)

e. Risco de liquidez - As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. A Sociedade e suas controladas possuem capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos totaliza R\$ 3.744.329 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 5). Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade e suas controladas possuem R\$ 6.142.121 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 5). A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2022 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

	Menos de				
	1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	13.960.937	3.744.329	2.524.250	2.993.156	4.699.202
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	2.292.609	584.748	725.668	648.202	333.991
Fornecedores	7.377.846	7.377.846	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.404.105	343.792	596.602	374.456	1.089.255
Passivo financeiro de clientes	551.587	184.159	354.389	13.039	-

⁽¹⁾ Os juros sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI X Pré e DI X IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022. ⁽²⁾ Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente. ⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI X Pré e DI X IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022. No entanto a tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação. **Gestão de capital** - A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios visando a maximização do retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota explicativa nº 17 após a dedução dos saldos de

caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 5) e pelo patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Anualmente a Sociedade e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado com a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. O coeficiente de alavancagem no final do exercício é conforme segue:

Divida bruta e arrendamentos a pagar	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13.274.130	17.725.954
Divida líquida	6.584.962	4.463.473
Patrimônio líquido	6.689.168	13.262.481
Relação dívida líquida/capital	54,94%	25,68%

f. Seleção e utilização de instrumentos financeiros - Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos riscos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez. A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos. A tabela abaixo sumaria o saldo bruto da posição dos instrumentos de proteção contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

Derivativos designados para hedge accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo ²		Ganhos (perdas) em 31/12/2022		
		Ativo	Passivo			31/12/2022	31/12/2021	Ativo	Passivo	Resultado		
Swap cambial	Financiamentos	USD + 4,55%	106,67% DI	set-25	32.h.1	-	221.339	106.550	(9.243)	(121.296)	(21.566)	
Swap cambial	Financiamentos	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,00% DI	jun-22	32.h.1	-	-	-	-	-	2.573	
Swap cambial	Financiamentos	EUR + 3,42%	111,60% DI	mar-23	32.h.1	-	9.709	1.954	-	-	(143.762)	
Swap de juros	Financiamentos	IPCA + 5,03%	102,87% DI	jun-22	32.h.1	-	3.226.054	173.741	(59.789)	-	(9.513)	
Termo de Mercadorias	Financiamentos	6,47%	99,94% DI	nov-24	32.h.1	-	90.000	90.000	-	-	(944.896)	
NDF	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jul-23	32.h.1	-	181.880	2.936	(70.630)	-	53.672	
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-23	32.h.1	-	127.233	4.712	(3.074)	-	(1.180.344)	
											289.893	(152.249)
												(1.180.344)

Derivativos não designados para hedge accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo ²		Ganhos (perdas) em 31/12/2022		
		Ativo	Passivo			31/12/2021	31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado		
Swap cambial	Financiamentos	USD + 4,65%	104,87% DI	set-23	32.h.1	-	125.000	212.509	-	-	11.712	
Swap cambial	Financiamentos	USD + LIBOR-3M	105,00% DI	jun-22	32.h.1	-	50.000	109.332	-	-	10.779	
Swap de juros	Financiamentos	4,55% + IPCA	102,00% DI	set-28	32.h.1	-	2.226.054	201.638	(35.170)	-	(17.922)	
Swap de juros	Financiamentos	6,47%	99,94% DI	nov-24	32.h.1	-	90.000	90.000	(9.044)	-	(10.080)	
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jan-22	32.h.1	-	120.260	3.115	(1.813)	-	(130.773)	
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-22	32.h.1	-	68.361	7.048	(1.346)	-	813	
												(135.479)

Derivativos não designados para hedge accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo ²		Ganhos (perdas) em 31/12/2022			
		Ativo	Passivo			31/12/2022	31/12/2021	Ativo	Passivo	Resultado			
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jul-23	32.h.1	-	1.116.702	36.472	(54.067)	-	(440.359)		
Swap de juros	Financiamentos	5,25%	1,36%	jun-29	32.h.1	-	300.000	-	(308.821)	-	(266.445)		
Swap cambial	Financiamentos	0,00%	52,99%	jun-29	32.h.1	-	375.000	230.145	(9.174)	-	(85.474)		
												(792.278)	
												266.617	(372.062)

Derivativos não designados para hedge accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo ²		Ganhos (perdas) em 31/12/2022			
		Ativo	Passivo			31/12/2021	31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado			
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jun-22	32.h.1	-	625.762	26.516	(23.952)	-	54.743		
Swap de juros	Financiamentos	5,25%	DI - 1,36%	jun-29	32.h.1	-	300.000	-	(126.752)	-	(109.081)		
Swap cambial	Financiamentos	2,67%	100,00%	mai-21	32.h.1	-	-	-	-	-	17		
												26.516	(149.804)

¹ Moeda conforme indicado. ² Valores líquidos de imposto de renda. **h. Contabilidade de Hedge** - A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do hedge a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas não irão descontinuar a contabilização de hedge se a avaliação retrospectiva da eficácia do hedge não se enquadrar na faixa de 80% a 125% e a relação de hedge estiver sujeita a reformas da taxa de juros de referência. Para as relações de hedge que não estiverem sujeitas a reformas da taxa de juros de referência, a Sociedade continua a suspender a contabilização de hedge se a eficácia retrospectiva estiver fora da faixa de 80% a 125%. **h.1 Hedge de valor justo** - A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos. Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como hedge de valor justo são: Em milhares, exceto % do DI Valor nacional - US\$ Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - R\$ Ajuste de valor justo da dívida - R\$ Resultado financeiro da dívida - R\$ Custo médio efetivo - % do DI Valor nacional - EUR Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - R\$ Ajuste de valor justo da dívida - R\$ Resultado financeiro da dívida - R\$ Custo médio efetivo - % do DI Em milhares, exceto % do DI Valor nacional - US\$ Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - R\$ Ajuste de valor justo da dívida - R\$ Resultado financeiro da dívida - R\$ Custo médio efetivo - % do DI Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como hedge de valor justo são: Em milhares, exceto % do DI Valor nacional - R\$ Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - R\$ Ajuste de valor justo da dívida - R\$ Resultado financeiro da dívida - R\$ Custo médio efetivo - % do DI Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e commodities designados como hedge de valor justo são conforme descritos abaixo e estão concentrados na controlada IPP. O objetivo desta relação é de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A IPP realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de hedge accounting, como hedge de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado. Em milhares 31/12/2022 31/12/2021 Valor nacional - US\$ 309.113 188.621 Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - R\$ (891.223) (129.670) Ajuste de valor justo do estoque - R\$ 34.126 (4.352) Para mais informações, vide nota explicativa nº 17. **h.2 Hedge de fluxo de caixa** - Até 31 de março de 2022 a Sociedade e suas controladas tinham designado como hedge de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos "compromissos firmes" e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das transações futuras altamente prováveis. A partir de 1 de abril de 2022, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como hedge de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, deixaram de impactar a Sociedade e suas controladas, devido à venda da Oxiteno (totalizando US\$ 386.787 em 31 de dezembro de 2021), sendo reconhecida uma perda realizada no resultado de R\$ 506.375 em 31 de dezembro de 2022 (ganho não realizado de R\$ 7.880 em 31 de dezembro de 2021), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os impactos e saldos do hedge de fluxo de caixa estavam contabilizados na Oxiteno, e apresentados como "Mantidos para venda" e "Operação descontinuada". **h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior** - Até 31 de março de 2022 a Sociedade e suas controladas tinham designado como hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizadas para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio. A partir de 1º de abril de 2022 o saldo das notas no mercado externo designadas como hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, deixaram de impactar a Sociedade e suas controladas, devido à venda da Oxiteno (totalizando US\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo reconhecido um ganho em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 52.837 em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$ 24.064 em 31 de dezembro de 2021), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido. Os impactos e saldos do hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior estavam contabilizados na Oxiteno, e apresentados como "Mantidos para venda" e "Operação descontinuada". **i. Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos** - Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e indenização ⁽¹⁾ são apresentados na seguinte tabela para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

	Mens. ao valor por outros		Mens. pelo custo		Valor Justo		
	Nota explicativa	Resultado	Resultado	Amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de dezembro de 2022							
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	5.a	-	-	111.797	111.797	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	5.a	-	-	5.204.766	5.204.766	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	5.a	-	-	305.206	305.206	-	-
Aplicações financeiras							
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	5.b	406.683	-	-	-	406.683	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	5.b	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	5.b	556.510	-	-	-	-	556.510
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	4.533.327	4.504.245	-	-
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	1.234.634	1.234.613	-	-
Demais contas a receber	6.c	-	-	1.096.565	1.096.565	-	-
Total		963.193	-	12.486.295	12.457.192	963.193	-
Passivos financeiros:							
Financiamentos	17.a	1.216.341	-	3.973.816	3.971.551	1.216.341	-
Debêntures	17.a	3.575.195	-	2.460.698	-	5.949.028	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	17.a	524.312	-	-	-	524.312	-
Fornecedores	18.a	-	-	4.710.952	4.710.952	-	-
Fornecedores convênio	18.b	-	-	2.666.894	2.666.894	-	-
Bônus de subscrição - indenização ⁽¹⁾	24	42.776	-	-	-	-	42.776
Passivo financeiro de clientes		450.586	-	-	-	-	450.586
Contraprestação contingente	34.a	89.640	-	-	-	-	89.640
Total		5.898.850	-	13.812.360	11.799.983	7.732.457	89.640

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ - O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrargaz ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, em especial a Resolução CVM nº 23/2021, o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, do Estatuto Social da Companhia e seu Regimento Interno ("Regimento"). Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos. Atualmente, o Comitê é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê. O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o

(continuação)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

demonstração do resultado. A venda dos investimentos é considerada uma transação não usual significativa, que envolve complexidade e elevado grau de julgamento pela Administração da Sociedade com relação a sua contabilização, apresentação e divulgação. Adicionalmente, as vendas da Oxiteno e da Extrafarma envolveram parcelas a receber a prazo classificadas no ativo não circulante para as quais foram avaliadas necessidade de ajuste a valor presente, e a venda da Oxiteno resultou em reclassificações de efeitos que estavam contabilizados em "Ajustes de avaliação patrimonial" e "Ajustes acumulados de conversão" para o "Resultado de operações descontinuadas", entre outros impactos que afetaram o resultado do exercício. Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) do elevado grau de complexidade e julgamento pela Administração na aplicação do CPC 31 e IFRS 5; (iii) elevado grau de complexidade e julgamento aplicado pela Administração no cálculo do ganho ou perda com a venda dos investimentos, incluindo a avaliação dos impactos tributários das transações; e (iv) elevado grau de complexidade e julgamento na identificação dos ativos, passivos e resultados das operações descontinuadas. A auditoria deste assunto requer um elevado grau de julgamento e esforço, incluindo o envolvimento de nossos especialistas de impostos. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relacionadas à identificação e ao tratamento contábil da transação, incluindo os controles relacionados com a aplicação de prática contábil relacionada à contabilização, apresentação e divulgação das vendas dos investimentos; (ii) o entendimento e avaliação da natureza e substância econômica da transação e análise dos contratos estabelecidos entre as partes, bem como leitura das atas de Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre as vendas dos investimentos; (iii) a avaliação e desafio dos julgamentos e critérios adotados pela Administração na aplicação do CPC 31 e IFRS 5 e na determinação e mensuração do resultado das operações descontinuadas; (iv) envolvimento de nossos especialistas de impostos para avaliação dos impactos tributários da transação; e (v) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação acima descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Créditos de PIS e COFINS oriundos da Lei Complementar 192** - Por que é uma PAA? Conforme divulgado na nota explicativa nº 8.a.2, em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade registrou créditos de PIS e COFINS oriundos da Lei Complementar 192. Os créditos de PIS e COFINS podem ser utilizados para compensação com outros tributos federais ou podem ser restituídos pela Receita Federal através de pedido de ressarcimento, desde que dentro dos prazos legais. O registro e a mensuração dos créditos de PIS e COFINS envolvem elevado grau de julgamento pela Administração, tendo em vista a complexidade nas interpretações da legislação tributária aplicável, bem como as incertezas que envolvem expectativa de realização dos valores e elevado esforço da Administração para preparar os cálculos usados para mensurar e registrar esses créditos. Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) da complexidade e do elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiá-las as premissas e julgamentos da Administração sobre o reconhecimento dos créditos e da perspectiva de sua realização, que incluiu a necessidade de envolvimento de nossos especialistas tributários. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relacionadas ao registro, mensuração e realização dos créditos tributários; (ii) o entendimento da natureza dos créditos e análise da legislação tributária aplicável, com o auxílio de nossos especialistas tributários; (iii) teste da documentação que suporta o reconhecimento dos créditos; (iv) indagações à Administração e aos advogados externos da Sociedade e avaliação dos pareceres legais acerca do tema; (v) o envolvimento de nossos especialistas tributários nas indagações à Administração e aos advogados externos, na avaliação dos pareceres legais e nos desafios às premissas utilizadas pela Administração; (vi) a análise, os desafios e os testes sobre a metodologia e premissas utilizadas para as projeções que suportam a realização dos créditos, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios, tesouraria e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os resultados projetados e do desempenho histórico, análise retrospectiva de

resultados, histórico de compensações e restituições dos impostos, incluindo a avaliação de evidências contraditórias; (vii) o envolvimento de especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade na análise da aplicação da prática contábil à transação; e (viii) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação acima descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021**. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 23 de fevereiro de 2022 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC n° SP-248616/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2023. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, datado de 15 de fevereiro de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Flávio Cesar Maia Luz

Nilson Martiniano Moreira

Geraldo Toffanello

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Wongtschowski
Presidente

Frederico Pinheiro Fleury Curado
Vice Presidente

Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Flávia Buarque de Almeida

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Galló

José Luiz Alquéres

José Maurício Pereira Coelho

Otávio Lopes Castello Branco Neto

DIRETORIA

Marcos Marinho Lutz
Diretor Presidente

Rodrigo de Almeida Pizzinatto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Pereira Malta de Araújo

Tabajara Bertelli Costa

Décio de Sampaio Amaral

Leonardo Remião Linden

Diretores

Rodrigo Legaspe Barbosa Pereira
Contador – CRC n° SP-267322/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 02/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/ULTRAPAR1567985002032023.pdf>

Hash:167769660275bd02dd2a2843999b91a8a5ac52ebf4